

MULHERES NA HISTÓRIA

HISTÓRIA
EM FOCO

Transformações,
legado e resistência
das protagonistas
da História

@cantinhodoprofessor

**LUTE
COMO
UMA
GAROTA!**

A nova geração de
feministas busca
justiça salarial,
fim do assédio,
direitos políticos e
liberdade sexual



MARIA DA PENHA

A lei que protege
a mulher da
violência
doméstica
completa 12 anos



**MARTA VIEIRA
DA SILVA**

Escolhida como
embaixadora
global da Boa
Vontade pela ONU

R\$ 14,90



História em Foco
Mulheres na História
- Ano 2, Nº 3

Seja quem — você — QUISER!

Por Todas Nós ELLORA HAONNE

No livro *Por Todas Nós*, a youtuber Ellora Haonne compartilha seus medos e experiências para questionar os padrões estabelecidos pela sociedade. Uma leitura para empoderar!



Já parou para pensar o quanto é importante ser protagonista de sua própria história? Decidir ter filhos ou não, escolher qual carreira seguir, terminar um relacionamento ruim, dizer não quando sentir vontade ou ler os livros que quiser, tudo isso faz de você essa garota única e cheia de personalidade. Mas nem sempre foi assim. Durante muito tempo, nossas escolhas não eram nossas e muitas mulheres viviam sob as sombras de seus parceiros. Elas lutaram e a nova geração de feministas, na qual me incluo, conheceu um mundo com mais possibilidades. No entanto, esse mundo não se livrou de todas as amarras masculinas sob as quais a sociedade sempre aconteceu. Os noticiários estão tomados de casos de assédio, estupro e feminicídio. No esporte, a desigualdade de oportunidades é gritante. A sexualidade feminina e a descriminalização do aborto permanecem sendo tabu. A revolução ainda não está completa. Nesta edição de **Mulheres na História**, continuamos o diálogo sobre nossas lutas, do que foi conquistado aos desafios de novas conquistas. Vamos sempre juntas!

Carol Firmino

Índice

- 3 Trabalho doméstico
- 6 Lei Maria da Penha
- 8 Esporte e machismo
- 11 Luta pelo voto
- 14 Liberdade sexual
- 18 Representação política



Em casa também é trabalho!

Visto como um emprego sem valor, as trabalhadoras domésticas ainda enfrentam as barreiras do abuso e do preconceito

.....
Texto e pesquisa Ariely Polidoro/Colaboradora **Design** Lídia Pardini/Colaboradora

A relação da mulher com o trabalho sempre foi marcada por inúmeras horas na ativa. Enquanto os homens dedicavam seu tempo ao ócio, à reflexão, política ou qualquer outra atividade que fosse em ambientes fora de casa, as mulheres eram restritas às atividades do lar.

Desde o início dos tempos, o lugar que lhe fora imposto era o doméstico, enquanto seus companheiros saíam para caçar — nas cavernas — ou para conflitos e guerras. O motivo dessa imposição estava fortemente ligado à questão da fragilidade feminina, já que se supunha que elas não tinham estrutura corpórea para essas funções, sendo apenas receptáculos e geradoras de filhos.

Escravidura e legado

A escravidão no Brasil, de certa forma, deixou seus resquícios. Na época, homens e mulheres negros eram impostos a condições de trabalho degradantes. Ao público masculino ficavam as funções braçais e ditas mais pesadas; já ao feminino, geralmente sobravam as tarefas domésticas como amas de leite, cozinheiras, camareiras e cuidadoras dos filhos das senhoras ricas.

Ao longo do tempo, com a abolição, os libertos poderiam, em tese, escolher o que bem quisessem da vida e tomar suas próprias decisões. Entretanto, estas decisões ainda eram submetidas à marginalização, já que — em decorrência do preconceito racial e de diversas políticas de embranquecimento da população — os ex-escravos não obtiveram nenhuma perspectiva de ascensão social. Por isso, às mulheres negras, ainda eram reservadas as atividades do lar.

Mas, uma nova dinâmica de civilização foi criando forma, isso porque a Revolução Industrial dominava o contexto. Automatização, padronização e serialização dos meios eram as suas principais características, que serviram de pano de fundo para uma realidade de guerras e conflitos. Neste cenário, os homens — mesmo aqueles que anteriormente eram cativos — tinham funções consideradas vitais para a sociedade “girar”. Eram eles que geriam, mandavam e ocupavam diversos cargos, desde os mais altos até os de menos prestígio.

Às mulheres, além dos próprios serviços domésticos e maternais, foram delegadas funções semelhantes nas indústrias e manufaturas. Entretanto, seus salários eram bem mais baixos que os dos homens.



Primeira Guerra e o trabalho feminino

No início do século XX, durante a Primeira Guerra Mundial, a demanda por mão de obra feminina nas fábricas aumentou consideravelmente. A convocação dos maridos para os campos de batalhas obrigou os patrões a aumentarem o número de mulheres para suprir a produção fabril.

Além da indústria, elas estiveram muito presentes na logística, dirigindo caminhões em transportadoras. Nas regiões rurais, a agricultura e pecuária ficaram sob responsabilidade delas.

Estes fatores possibilitaram que, mais à frente, o público feminino conquistasse autonomia financeira e intelectual, podendo ingressar até nas universidades.



PEC DAS DOMÉSTICAS

A PEC 66/2012 foi regulamentada e sancionada em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, mas sua promulgação aconteceu em 2012. Segundo o documento, os empregadores são obrigados a assinar a carteira de trabalho, além de fornecer todos os direitos previstos na CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) como férias anuais e folga uma vez por semana (ambos remunerados), aposentadoria, 13º salário, licença maternidade ou paternidade, jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais, hora extra e salário mínimo.

Na legislação de 2012, esses itens já estavam inclusos. Com a medida de 2015, eles foram estendidos e outros passaram a valer. São eles: recolhimento do FGTS (fundo de garantia) pelo patrão, seguro para acidentes, adicional-noturno, seguro-desemprego, auxílio para creches, pré-escola e para caso de demissão sem justa causa, e salário-família.

Que horas elas voltam?

Quando se trata de trabalhos domésticos, o Brasil é o grande campeão no número de mulheres empregadas no lar. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) — órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) — estima que existem aproximadamente sete milhões desses trabalhadores no país. Em seguida, vem

a Índia (4,2 milhões), a Indonésia (2,4 milhões), Filipinas (1,9 milhão), México (1,8 milhão) e África do Sul (1,1 milhão).

Desde 1995, houve aumento de quase um milhão de domésticos, sendo que mais da metade deste número é composto por mulheres — aproximadamente seis milhões.

Dentro do percentual de empregadas domésticas, as que aparecem em maior

número são as mulheres negras. Dados do governo mostram que, em 2014, 17% das empregadas sem escolaridade eram negras (as brancas eram 10%). Além disso, apenas 28,6% possuíam carteira assinada, enquanto o índice entre as mulheres brancas era de 33,5%.

A explicação para o número altíssimo é a mudança que muitas mulheres, vindas de regiões mais pobres do Brasil, fazem com o intuito de aumentar a qualidade de vida.

Imigração

A crescente imigração pelo mundo fez com que os índices de trabalho informal também aumentassem. Os imigrantes, geralmente vindos de países com problemáticas estruturais como pobreza e guerras ocorrentes, no desespero de sustentarem sua família e sobreviverem, se submetem a serviços degradantes e com baixíssima remuneração.

No Brasil, esse fenômeno influiu diretamente no trabalho doméstico. Muitas imigrantes encontram no setor uma alternativa às fábricas têxteis.

Contudo, é um engano pensar que assim elas estão isentas de condições abusivas. Muitas mulheres são vítimas de preconceitos e condições deploráveis, como salários inversamente proporcionais às horas dedicadas ao serviço.

Os relatos dessas trabalhadoras descrevem que seus patrões se baseiam no não conhecimento delas sobre a legislação específica. Mesmo sendo estrangeiras, essas mulheres também são incluídas nas leis para as empregadas domésticas.

A Coordenação Geral de Imigração do Ministério do Trabalho divulgou que, só no primeiro semestre de 2017, 16.680 imigrantes conseguiram tirar suas carteiras de trabalho.

Maria resiste

Completando 12 anos de existência, a lei Maria da Penha fortaleceu mulheres para denunciar seus agressores

Texto e pesquisa Ariely Polidoro/Colaboradora

Design Lidia Pardini/Colaboradora

Promulgada em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi um avanço nas políticas públicas a favor das mulheres. Voltada especialmente para defesa e proteção da integridade feminina, a lei já conseguiu diminuir o número de feminicídios no país.

Quem foi Maria da Penha?

Cearense, natural de Fortaleza, Maria da Penha Maia Fernandes era farmacêutica e bioquímica. Aos 38 anos, sua vida mudou. Isso porque quase chegou a perdê-la.

Marcos Antonio Heredia Viveros era seu marido e pai de suas três filhas. Com o tempo, Viveros se mostrou um homem completamente diferente daquele que havia conhecido, segundo relato de Maria. E

a sua verdadeira faceta — de violentador e abusador — apareceu.

A esposa ia pedir o divórcio após o nascimento de uma das filhas. Até que numa noite de 1983, ela ouviu uma explosão ecoar em seu quarto. Era um tiro.

Maria da Penha contou que, após falhas tentativas, não conseguia se mexer. Foi aí que o pensamento de que seu marido a matou perpassou em sua mente.

**“Em 12 anos
de sanção, a
lei conseguiu
diminuir
10% no
número de
mulheres
mortas”**

O resultado desta primeira tentativa de homicídio: paraplégica. Maria voltou para casa após uma longa recuperação no hospital, mas não estava segura. Encarcerada e sem condições de fugir, a mulher sofrera outros abusos por seu marido que, quatro meses após a primeira investida, não hesitou em cometer a segunda. Nessa ocasião, ele tentou eletrocutá-la no banho.

Maria da Penha decidiu que essa seria a última vez que Marcos Viveros — e qualquer outro homem — a violentaria. Ela saiu de casa e, com toda a coragem que pode reunir, denunciou o marido. Contudo, com recursos de defesa, o criminoso cumpriu apenas dois anos preso dos oito que lhe foram sentenciados. Um detalhe é que ele foi condenado muito tempo depois de seus crimes.

Na época, Maria entrou com todos os aparatos judiciais necessários em sua defesa e de todas as mulheres que sofrem violência doméstica. O caso dela fez até com que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenasse o Estado brasileiro por tolerância a esse tipo de conduta criminosa, além de ter sido omissa e negligente em relação à proteção do público feminino.

Maria fundou uma ONG — Instituto Maria da Penha — que auxilia aquelas que sofreram agressões, além de fornecer capacitações para o fortalecimento dessas mulheres.

Luta que ecoa

A resistência de Maria da Penha frutificou. Após anos de luta, a lei batizada com seu nome entrou em vigor. Era 2006 quando a Lei nº 11.340 foi, finalmente, adicionada ao Código Penal brasileiro.

Nela, está garantida a proteção à toda mulher que sofre qualquer tipo de agressão, seja física, sexual, psicológica ou material (danificar documentos, por exemplo). Além disso, casais lésbicos e as transexuais estão incluídos na lei.

Em 12 anos de sanção, a lei conseguiu diminuir 10% no número de mulheres mortas, o que representa um avanço, considerando que, no Brasil, mais de meio milhão do gênero sofre violência. Ou seja, são 503 mulheres violentadas a cada hora.

Na lei, está prescrito que o agressor pode ser preso em flagrante ou preventivamente, além de ter um tempo de prisão de até três anos — antes era somente um ano. Ainda segundo a legislação, não é permitido o pagamento de fiança ou cesta básica. A proibição de se aproximar da mulher e dos filhos, caso houver, também está garantida.

Coluna preenchida

Um problema que a lei sofria era a impunidade ao descumprimento dela. Para acabar com essa brecha, em abril de 2018, foi estabelecida a Lei nº 13.641/2018, que pune o condenado que desobedecer as medidas de proteção à mulher.

Aquele que for enquadrado desobedecendo a sentença, poderá ser detido por no mínimo três meses e por até dois anos, sem prejudicar outras possíveis condenações.



Apesar dos
avanços, a
desigualdade
entre os
gêneros ainda
é a campeã em
muitos aspectos

O esporte também é deles!

Texto e pesquisa Ariely Polidoro/Colaboradora Design Lídia Pardini/Colaboradora

A Copa do Mundo de 2018 inflamou as discussões sobre a participação feminina devido a alguns fatores recentes. Um deles, e de muito destaque na mídia, é a presença das torcedoras iranianas em estádios.

No Irã, as mulheres são proibidas de frequentar esses locais desde 1979. A justificativa é que os estádios não são ambientes adequados para elas por causa do mau comportamento masculino. Mas, após a foto de uma torcedora no jogo contra a Espanha viralizar, o governo iraniano autorizou que o público feminino assistisse à transmissão do jogo no estádio Azadi, na capital Teerã.

No Brasil, um pouco antes da competição mundial começar, um acontecimento chamou atenção. As torcedoras dos times gaúchos Sport Club Internacional e Grêmio lançaram nas redes sociais a hashtag *#torcequenemmulher*. O intuito delas é disseminar a ideia de que mulheres podem torcer nos estádios e não deveriam sofrer com assédio.

Além das torcedoras, jornalistas esportivas também foram vítimas de constrangimentos. A repórter do canal *Esporte Interativo* estava ao vivo na partida do Vasco contra o Universidad del Chile quando um torcedor a beijou sem consentimento. Outra repórter do mesmo canal passou por situação semelhante.

Em outro caso, a repórter Renata de Medeiros, da *Rádio Gaúcha*, foi xingada por um torcedor do Internacional enquanto trabalhava. Quando ela pediu para que ele repetisse o que havia falado, o homem reagiu com violência e quis agredi-la fisicamente. Com Kelly Costa, do canal *Sportv*, não foi diferente. Durante a transmissão do campeonato Gauchão, um torcedor a ofendeu com palavras

machistas, mas foi retirado do estádio.

Contra este tipo de cenário, profissionais do meio lançaram a campanha *Deixa Ela Trabalhar*. Com adesão de 52 mulheres jornalistas, assessoras, produtoras e apresentadoras, o objetivo é lutar contra as desigualdades e os assédios que sofrem na cobertura esportiva. Ligas de outros esportes — basquete e judô, por exemplo — apoiaram a campanha, além de diversos torcedores.

A remuneração anual de Neymar, titular da seleção brasileira, é em torno de 14 milhões de dólares. Já a de Marta, ícone do futebol feminino, fica na média dos 400 mil dólares

O país das chuteiras masculinas

Os exemplos acima são provas de que, embora seja o esporte mais popular no mundo, o futebol é segregacionista. No início, quando foi trazido ao Brasil, os negros também não podiam participar. Aos poucos, com o passar dos anos, as barreiras de raça foram se quebrando. Entretanto, as de gênero ainda perduram.

Enraizou-se a ideia de que a estrutura corpórea feminina é mais frágil e com apenas uma função: ser mãe. Por isso, ainda no século XX, o esporte para elas era visto como algo que “ajudasse” bio-

logicamente na função maternal.

Até então, a CBD (Confederação Brasileira de Desportos) — atual CBF (Confederação Brasileira de Futebol) — proibiu alguns esportes para as mulheres, dentre eles: lutas, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático e halterofilismo. Isso justamente por considerar que o corpo delas não era adequado para praticá-los.

Foi apenas em 1981 que o futebol feminino brasileiro começou a ser reconhecido. Criou-se a liga feminina e, aos poucos, alguns campeonatos tomaram forma. Dez anos depois, a primeira Copa do Mundo de Futebol Feminino aconteceu. Mas, o cenário não mudou para a visibilidade das mulheres no esporte. Ainda hoje, jornais, revistas e programas esportivos quase não veiculam nenhum tipo de atualização ou notícia sobre as competições femininas.

A invisibilidade delas também traz a disparidade de salários. O futebol masculino é mais rentável, já que conta com mais espaço na mídia e, consequentemente, maior adesão do público. Tal fato faz com que marcas e empresas invistam em inúmeros patrocínios, engordando a renda dos jogadores.

No caso das mulheres, é totalmente o contrário. A falta de difusão do seu futebol, influenciada diretamente pela cobertura midiática — que acontece de forma tímida e, muitas vezes, carregada de estereótipos —, ajuda para que elas sofram com a falta de investimento e valorização. E seus salários são diretamente proporcionais a isso. A remuneração anual de Neymar, titular da seleção brasileira, é em torno de 14 milhões de dólares. Já a de Marta, ícone do futebol feminino e atual embaixadora global da Boa Vontade pela ONU, fica na média dos 400 mil dólares. Enquanto a goleada



Foto: Reprodução

INEQUALITY BALLS

Com o objetivo de driblar a desigualdade entre os sexos no esporte, o canal *ESPNW* (versão feminina do canal de esportes) em parceria com as marcas *Penalty* e *Netshoes* lançou a campanha *Inequality Balls*.

Esta campanha rendeu um pequeno filme mostrando números de como se dá a inexistência de igualdade. O nome faz referência às bolas que as marcas parceiras desenvolveram. Cada tipo de bola representa um determinado esporte – seja basquete, vôlei, tênis ou futebol – e suas cores, estão relacionando alguns dados. Por exemplo: a porção azul e a porção rosa de uma bola relaciona o investimento no futebol feminino e masculino. Percebe-se que o objeto é quase que predominantemente azul, já que há a aplicação exorbitante na modalidade masculina, em detrimento da feminina.

dele custa 290 mil dólares, a dela se mantém na casa dos quatro mil dólares.

No caso do Brasileirão, um dos campeonatos mais conhecidos do futebol brasileiro, o masculino paga ao primeiro lugar um valor na casa dos milhões (em 2017, o campeão faturou R\$18 milhões). Para o feminino, o prêmio se restringiu a R\$120 mil, o que é 141 vezes menor.

Mas, nem tudo se resume a futebol...

Engana-se quem pensa que a desigualdade de gêneros se encontra apenas no futebol. Talvez ela seja mais visível justamente pela popularidade do esporte. Contudo, nas demais modalidades, as diferenças também existem.

Uma das maiores discussões é sobre os prêmios em competições. Hoje, muitos esportes como skate, tênis, ciclismo, squash, atletismo e vôlei já têm premiações iguais para ambos os sexos, isso desconsiderando patrocínios e publicidade.

Mas no golfe, por exemplo, as mulheres chegam a receber menos da metade da premiação masculina. A tabela dos atletas mais bem pagos da atualidade, divulgada pela revista americana *Forbes*, mostra bem essa realidade econômica. Em 2017, apenas a tenista Serena Williams estava na lista ocupando a posição 51ª. Já o ranking mais recente é composto somente de nomes masculinos.

Luta pelo Voto

As manifestações
e principais figuras
dos movimentos a
favor do sufrágio

Texto e pesquisa Érica Aguiar/Colaborador
Design Lídia Pardini/Colaboradora

Imagem: George Rinhart/Getty Images

Se, atualmente, mulheres podem escolher os governantes que as representam por meio do voto e inclusive se candidatar a cargos públicos, saiba que, a menos de um século atrás, essa realidade era muito diferente na maioria dos países. No Brasil, por exemplo, o voto feminino só foi permitido em 1932. No entanto, a história da luta pelo sufrágio data de décadas anteriores.

Pequenas grandes mudanças

A Revolução Industrial fez com que mais mulheres ingressassem no mercado de trabalho, atuando em indústrias têxteis ou instituições educacionais – porém, essa mudança afetou apenas aquelas que pertenciam às classes mais altas. As mais pobres sempre trabalharam como domésticas ou governantas. Tais alterações levaram muitas mulheres a questionarem a não participação na elaboração das leis e a falta de representatividade na vida política. Afinal, se elas contribuíram para o desenvolvimento da sociedade, nada mais justo do que escolher seus próximos passos.

No Reino Unido – palco de muitas dessas transformações –, diversas organizações em prol do sufrágio feminino foram fundadas. A mais famosa delas era a *National Union of Women's Suffrage Societies* (NUWSS), liderada por Millicent Fawcett, conhecida por recolher milhares de assinaturas para petições que apoiavam a causa.

De cunho mais moderado, a NUWSS defendia a ideia de que ações violentas poderiam provocar prejuízos ao movimento. Assim, realizavam manifestações pacíficas – diferente da *Women's Social and Political Union* (WSPU).

Fundada em 1903 por Emmeline Pankhurst, a WSPU tinha como lema “ações, não palavras”. Durante o período que esteve

em funcionamento, adquiriu notabilidade devido a certas atitudes de algumas ativistas. Além de produzirem cartazes, cartões-postais e objetos para vender e arrecadar dinheiro, as participantes da organização – em ações mais drásticas – atiraram pedras contra as janelas de casas de políticos e inclusive explodiram caixas de correio. As manifestações públicas também incomodavam os governantes – o que provocou muitas prisões. Pankhurst, por exemplo, foi detida sete vezes até que o sufrágio feminino fosse aprovado no Reino Unido.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, tanto a NUWSS quanto a WSPU passaram a fornecer ajuda financeira e serviços hospitalares para compensar os esforços do conflito. A colaboração fez com que fossem reconhecidas e a causa do sufrágio adquiriu uma nova imagem.

Liberação

Em 1918, ao fim da guerra, houve a aprovação do *Representation of the People Act* na Inglaterra. A lei garantiu que homens acima de 21 anos e mulheres com mais de 30 pudessem votar, com a condição de que possuísem propriedades em seu nome (ou ao menos que os maridos tivessem bens). A diferença de idade, segundo os legisladores, seria para garantir a igualdade por conta da grande perda de soldados durante a Primeira Guerra.

A partir da determinação, cerca de 8,5 milhões de britânicas puderam escolher seus representantes – o que consistia nos votos de 40% da população feminina do Reino Unido.

Somente em 1928, ambos os sexos puderam votar com, no mínimo, 21 anos. Emmeline não viveu o suficiente para ver a mudança, falecendo poucos meses antes. E muito menos Millicent – que entrou definitivamente para a história um ano

após a promulgação do *Representation of the People Act*.

No outro lado do oceano

A causa sufragista britânica disseminou seu legado em outros países, como foi o caso dos Estados Unidos. Na América do Norte, uma grande parte das cidadãs havia participado da Guerra da Independência, porém, ainda era esperado socialmente que tais mulheres se casassem e tivessem filhos. Assim, suas escolhas estavam submetidas aos pais e maridos e elas não tinham direito à propriedade – critério econômico que definia quais seriam os cidadãos que poderiam votar.

Porém, assim como no Reino Unido, a realidade do século XIX despertou o anseio por mudanças. O consumo do álcool era um grave problema norte-americano – as bebidas eram vendidas a preços irrisórios e disseminadas por todo o país. Muitas mulheres sofriam agressões físicas de seus maridos e, assim, viram a legislação como uma forma de alterar o contexto social.

As primeiras organizações buscavam o direito ao voto, mas também maneiras de regularizar o álcool, conquistar o direito à propriedade e ao divórcio, e criar medidas de proteção às agressões físicas. Tais desejos foram expressos na *Declaração de Sentimentos*, formulada na conhecida Convenção de Seneca Falls em 1848 – o primeiro evento sobre os direitos da mulher no país.

Apesar dos esforços em prol do movimento, muitos políticos eram contrários ao sufrágio feminino porque defendiam a ideia de que emancipar as mulheres politicamente levaria rapidamente à abolição da escravidão – medida esta que discordavam.

Um importante marco desta discussão foi o livro *A Cabana do Pai Tomás*, escrito por Harriet Beecher Stowe. Com a obra, a autora ajudou a criar as bases para a Guerra



PERDA MEMORÁVEL

Emily Davison era uma professora inglesa que ficou muito famosa por ter participado ativamente da *Women's Social and Political Union* (WSPU). Em 4 de junho de 1913, ainda durante a campanha pelo voto feminino, resolveu viajar até Epsom, a sudoeste de Londres, para assistir o derby – corrida de cavalos nobres. As análises históricas ainda levantam dúvidas sobre o seu objetivo naquele dia, mas a maioria dos especialistas reforça a ideia de que Emily planejava colocar um cartaz sufragista no animal que pertencia ao rei George V. Mas o destino fora infeliz: ela acabou sendo atingida pelo cavalo ao entrar na pista e caiu no chão inconsciente. Apesar de ter sido atendida por médicos, veio a falecer quatro dias após o acidente.

Em 14 de junho, o caixão foi levado para Londres e formou-se um cortejo de milhares de mulheres, enfileiradas e vestindo branco e roxo (cores do movimento), e centenas de homens. Para biógrafos, esse foi o último ato notável da WSPU.

Civil Americana, reforçando a imoralidade da escravidão. Na história, ela expressava a ideia de que as mulheres seriam as únicas capazes de solucionar a situação norte-americana – o que ajudou a fundamentar a busca feminina por mais direitos anos depois.

Nos Estados Unidos, um dos nomes mais importantes para a conquista do sufrágio foi Carrie Chapman Catt, presidente da *National American Woman Suffrage Association* (NAWSA). Ela foi responsável por organizar uma campanha maciça nos âmbitos estadual e federal e, assim, conseguir aprovar a Emenda XIX da Constituição, ratificada em agosto de 1920. A legislação garantia que “o direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não será negado ou cerceado em nenhum estado em razão do sexo”.

No Brasil

Em território nacional, a conquista do sufrágio atravessou décadas. Celina Guimarães Viana foi a pioneira após dar entrada em uma petição solicitando a inclusão no grupo de eleitores do município de Mossoró no Rio Grande do Norte. Com o aceite, conseguiu votar pela primeira vez em abril de 1928 e fez com que outras mulheres realizassem o mesmo pedido de autorização.

As primeiras organizações feministas brasileiras nasceram no norte e nordeste do país ainda no século XIX, mas defendiam principalmente a causa abolicionista. Em 1910, Leolinda Daltro e outras mulheres fundam o Partido Republicano Feminino, com o objetivo principal de

defender o sufrágio feminino. Para tanto, realizaram manifestações públicas.

Pouco tempo depois, em 1922, é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, dirigida por Bertha Lutz. Assim como outras organizações, apoiavam o sufrágio feminino e a conquista de direitos políticos, organizando congressos, convencendo políticos, lançando candidaturas e distribuindo panfletos.

Os resultados de todas essas manifestações se desdobraram na promulgação do Decreto Nº 21.076, em 24 de fevereiro de 1932, pelo presidente Getúlio Vargas. A lei, então, garantia que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, que cumprisse as determinações que eram especificadas no código eleitoral.

Autoridades do

Mesmo após a invenção da pílula anticoncepcional e outros métodos contraceptivos, ainda hoje, mulheres têm sua sexualidade reprimida ou são tratadas como “máquinas” reprodutivas



próprio corpo

Texto e pesquisa Érica Aguiar Design Rafael Nakaoka

Quando se fala sobre a liberdade sexual feminina, é comum se lembrar da revolução propiciada pela comercialização da pílula anticoncepcional entre as décadas de 1960 e 1970. Porém, muito antes do medicamento vir a público, o comportamento relacionado ao sexo passou por transformações.

Inovação no passado

A Índia – hoje, um dos maiores exemplos de *gendercide* – foi um dos primeiros países a produzir obras de arte que retratam relações sexuais e a prática do beijo. O sexo, na cultura antiga, era visto como obrigação do casal e tratado como assunto particular. Para os indianos, o tema era tão importante que existia uma quantidade considerável de textos que falavam sobre sexo, mas de maneira fechada ou “engessada”.

Porém, diferente do pensamento comum, foi entre os séculos IV e VI que o filósofo Vātsyāyana escreveu um dos mais importantes tratados sobre amor e prazer: o *Kama Sutra*.

O texto é muito mais do que descrições de posições sexuais. Na época, servia como orientação sobre interações entre homens e mulheres, aconselhando sobre casamento e adultério. Vātsyāyana se preocupava com o prazer e demonstra, em seu escrito, uma liberdade sexual maior para as

mulheres. Ele trata de direitos à administração da renda familiar, divórcio e até mesmo o segundo casamento de uma viúva. E ainda, rejeita punições cruéis em caso de traição, ensina como encerrar um caso amoroso e defende a ideia de que uma mulher possa escolher um marido compatível com seus interesses.

GENDERCIDE

O termo se refere à morte de pessoas de um gênero específico. Isso inclui assassinatos, abortos e infanticídios que provocam grandes disparidades nas porcentagens de homens e mulheres vivos.

Apesar disso, o *Kama Sutra* é voltado majoritariamente ao público masculino. O livro traz até mesmo conselhos sobre como manipular mulheres. No entanto, destaca o respeito à vontade dos parceiros e se posiciona contra casos de estupro.

O que talvez, para nós, seja mais difícil de absorver é de que maneira essas ideias foram soterradas ao longo do tempo. Isso porque, atualmente, mulheres indianas realizam abortos ou são pressionadas e incentivadas pelos maridos e sua família a assassinar bebês do sexo feminino quando estas nascem – ou mesmo não cuidar quando adoecem.

Na cultura atual, quando uma menina nasce, os pais enxergam como uma perda. Afinal, terão que pagar um dote ao noivo para que ela se case e, caso a quantia não seja suficiente, a jovem poderá sofrer agressões físicas, psicológicas e até mesmo ser assassinada, queimada ou levada ao suicídio – comportamento que explica, em 2012, mais de 18 mil mortes segundo dados do *Indian National Crime Record Bureau*.

Objetos de reprodução

Na Grécia Antiga, o cenário não era muito diferente. Quando desposadas, as mulheres eram consideradas objetos de reprodução para gerar filhos legítimos – e nada mais. Porém, também poderiam se tornar prostitutas refinadas que, muitas vezes, viviam na mesma residência na presença da esposa, dos filhos, de escravos e de eromenos – homens adolescentes que se envolviam com homens adultos. O estupro, caso acontecesse durante guerras, era considerado um direito de dominação masculino. Em outras situações, era proibido, assim como em Roma.

Na República Romana, entre 509 a.C. e 27 a. C., a sexualidade era regulada pela religião, tanto o culto público quanto práticas privadas. Para os romanos, o desejo de procriar era o que mantinha a república viva, já que se criava a instituição da família para a formação de uma civilização. A prostituição também era legalizada, artistas eram considerados



sexualmente disponíveis e escravos (por não terem direitos) se tornavam suscetíveis à exploração sexual.

Já durante o Império, as mulheres não eram mais sujeitas à autoridade do marido, mas estavam sob o poder do pai. Apesar de se casarem, continuavam proprietárias de bens. Mesmo assim, o comportamento sexual era limitado. Elas só poderiam se relacionar com os maridos, enquanto eles não eram julgados por adultério caso se deitassem com prostitutas, escravos ou qualquer pessoa de um estatuto marginal.

Com o advento da Igreja Católica e da vida burguesa, o comportamento se tornou mais rígido. Entre 1545 e 1563, a instituição religiosa organizou o Concílio de Trento, onde definiu os setes sacramentos – entre eles, o matrimônio –, o celibato do clero, o culto aos santos, a hierarquia da Igreja, além de investir no comportamento mais severo da Inquisição. Na época, criou manuais que afirmavam que o sexo servia apenas para fins de procriação e somente algumas posições eram permitidas durante a prática.

Contudo, em território tupiniquim, as regras não eram cumpridas à risca. Padres tinham vários filhos, homens viviam vidas duplas ou eram bígamos e algumas mulheres, como mostram relatos do livro *História das Mulheres no Brasil* de Mary Del Piore, tinham relacionamentos homoafetivos ou seus deleites aconteciam na presença de outras mulheres.

Com a comercialização da pílula na década de 1960, mulheres puderam escolher quando começar sua vida sexual, se desejavam ter filhos ou viver um amor livre – longe de casamentos falsos e arranjos

Amor à distância

Já no século XIX, o padrão feminino era ser uma jovem doce, meiga e elegante – mas não existiam referências diretas às características físicas. As mãos e pés escondidos sob luvas e sapatos se tornaram objetos de desejo masculino. A troca de toques com a mulher “para casar” sequer existia até o casamento. O sexo se resumia no padrão levanta-saia e abaixa-calça e as pessoas não costumavam se despir.

Mas a realidade era diferente dentro de bordéis sofisticados. Frequentados por

homens solteiros e casados, esses locais eram repletos de mulheres estrangeiras – muitas vítimas do tráfico internacional – que foram trazidas ao Brasil para trabalharem como prostitutas. Alguns jornais, inclusive, expunham notícias sobre novas moças que haviam chegado à cidade.

A medicina moderna, preocupada com a higienização e doenças sexualmente transmissíveis, passou a postular o que era bom ou ruim no sexo. Daí, nascem as primeiras referências à homofobia, descrevendo relações homossexuais como anormais. Data também desse período a transposição da ideia de acúmulo de capital para a vida íntima. Os homens não deveriam “gastar” demais o seu esperma, pois se tratava de algo precioso.

Ao mesmo tempo, no período entre guerras, surgem preocupações governamentais com a identidade nacional. No Brasil, Getúlio Vargas incentivou a expansão da ocupação do território e, para alcançar um maior número de cidadãos, fora preciso começar aulas de educação sexual. O material didático para os homens era muito mais completo, pois eles seriam os mentores de suas esposas. Elas, por sua vez, teriam de dominar o nojo do sexo e se preocuparem com a maternidade.

Revoluções

Com o final da Segunda Guerra Mundial, itens como pasta de dente, sabonetes,



desodorantes e água encanada se tornam mais comuns. O beijo, então, passa a ser uma prática e a aparecer com frequência nas radionovelas e no cinema, simbolizando a paixão. Contudo, muitos costumes permanecem iguais: a virgindade é sagrada, jovens são classificadas como “para casar” ou “maçanetas”, o casamento é símbolo de felicidade e a função das esposas burguesas se resume a cuidar da casa e dos filhos.

Mas um simples medicamento mudou o planejamento familiar. Com a comercialização da pílula na década de 1960, mulheres puderam escolher quando começar sua vida sexual, se desejavam ter filhos ou viver um amor livre – longe de casamentos falsos e arranjos.

Infelizmente, o efeito colateral foi pior do que se imaginou. Em alguns países, leis proibiam mulheres de consumirem o anticoncepcional e médicos se negavam a receitá-lo para solteiras. Além disso, as altas dosagens de hormônio poderiam provocar, com o passar do tempo, câncer, ataques cardíacos, depressão, coágulos e até reduzir a libido.

Observando o novo comportamento feminino, a Igreja Católica redigiu o documento *Humanae Vitae* e o publicou em julho de 1968. No texto, dizia ser ilícita qualquer forma de regulação de nascimentos, seja “esterilização direta, quer perpétua quer temporária”. Anticoncepcionais, laqueaduras, camisinhas ou quaisquer outros métodos não eram permitidos.

BARRIGA DE ALUGUEL

Anualmente, a Índia movimenta cerca de um bilhão de dólares com a atividade de barriga de aluguel, prática legalizada em 2012. Por ser proibida em outros países, pais estrangeiros buscam mulheres indianas que possam gerar seus embriões durante nove meses. A grande crítica é que essas mulheres se sujeitam a esse trabalho por questões econômicas relativas à pobreza. Porém, quando se levantou a discussão sobre proibir legalmente a barriga de aluguel no país, muitas pessoas questionaram que, novamente, o Estado iria intervir no que cada mulher faz com seu próprio corpo.

Porém, o texto também alertava para a possibilidade de governos submeterem populações inteiras à contracepção forçada. Isso permitiria que autoridades públicas intervissem na intimidade do casal.

Contra a vontade

Anos depois, a previsão se confirmou. Na China, foi instaurada a política do filho único no final da década de 1970. Em certas regiões do país, era aceitável ter até duas crianças, caso a primeira fosse uma menina. Assim como na Índia, o

nascimento de uma garota é comparado a ter um ladrão dentro de casa.

Mesmo ilegalmente, casais começaram a realizar exames de ultrassom e abortar as crianças indesejadas. Estimativas levam a crer que mais de 400 milhões de nascimentos foram evitados até hoje – mas suas consequências foram negativas.

A política provocou um rápido envelhecimento populacional e o aumento do índice de abandono de meninas. No documentário *It's a Girl*, são relatadas também as tentativas (e concretizações, muitas vezes) de aborto forçadas pelo governo e pelas famílias, e as perseguições feitas por vizinhos, bem como sequestros de crianças e o tráfico internacional de mulheres. Na China, a legislação restringe o direito das mulheres a escolher o número de filhos – ou seja, o planejamento familiar propiciado pelos métodos anticoncepcionais – e o desejo de manter uma gravidez ou não.

FONTES

Artigos *Campeã do aluguel de barrigas no mundo, Índia quer proibir transação com fins comerciais e 'Kama Sutra' ajuda em discussões feministas*, diz autora da BBC Brasil;

Documentário *It's a Girl*, dirigido por Evan Grae Davis;

Livro *História das Mulheres no Brasil*, de Mary Del Piore

Palestra *Sexualidade: história de repressão e mudanças*, de Mary del Piore;

Dados do National Crime Statistics, do Indian National Crime Records Bureau de 2013.

Desejo por representação

Texto e pesquisa Érica Aguiar Design Lídia Pardini/Colaboradora

As legislações em trânsito e aprovadas que pretendem garantir maior participação feminina no sistema político brasileiro

Em setembro de 2009, deputados brasileiros aprovaram mudanças na antiga Lei Nº 9.504 que estabelecia as normas para as eleições. A partir da nova legislação – Lei Nº 12.034 –, os partidos ou coligações foram obrigados a preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero. Essa “minirreforma eleitoral” tinha como objetivo garantir uma maior participação feminina no sistema legislativo.

Porém, quase 10 anos depois, a norma está sendo questionada novamente. Isso porque, na época, a medida elevou em apenas 4,5% (comparando as eleições

de 2006 e 2010) o número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados.

Até março de 2017, cinco diferentes projetos foram apresentados. Contudo, por enquanto, apenas a PEC 134/2015 permanece em tramitação, aguardando votação na Câmara. O projeto visa reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais nos três mandatos subsequentes – em ordem cronológica, 10%, 12% e 16% das cadeiras para as próximas eleições.

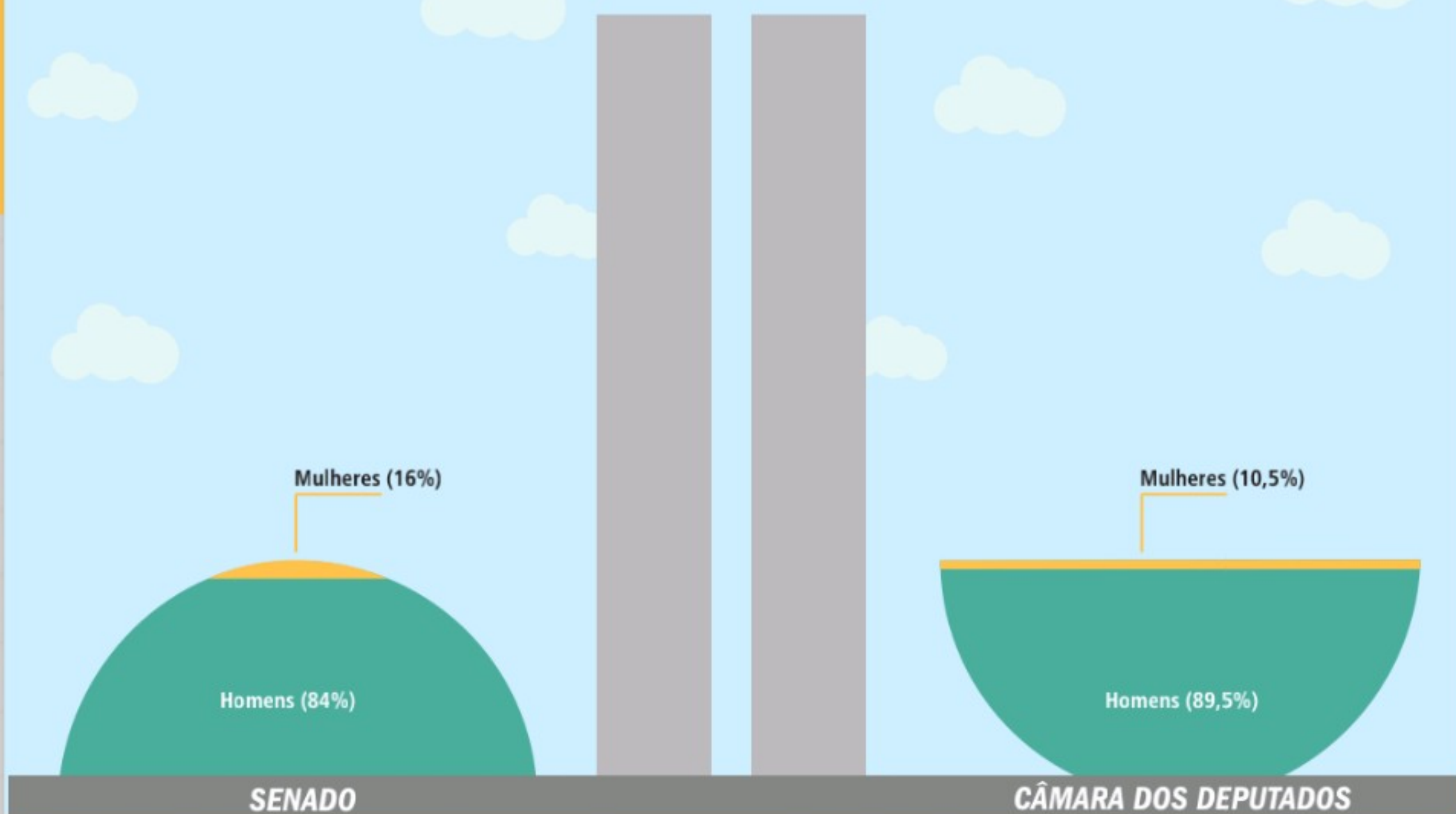
No entanto, apesar de mulheres serem 52% do eleitorado, tal medida pode não ser

suficiente para amenizar e/ou solucionar a desigualdade representativa. Por conta disso, especialistas sugerem estabelecer cotas para cargos de direção em partidos, realizar uma distribuição proporcional de verbas e tempo de propaganda, e capacitar mulheres para concorrerem – evitando a candidatura de “fantasmas” para cumprir a porcentagem estabelecida por lei.

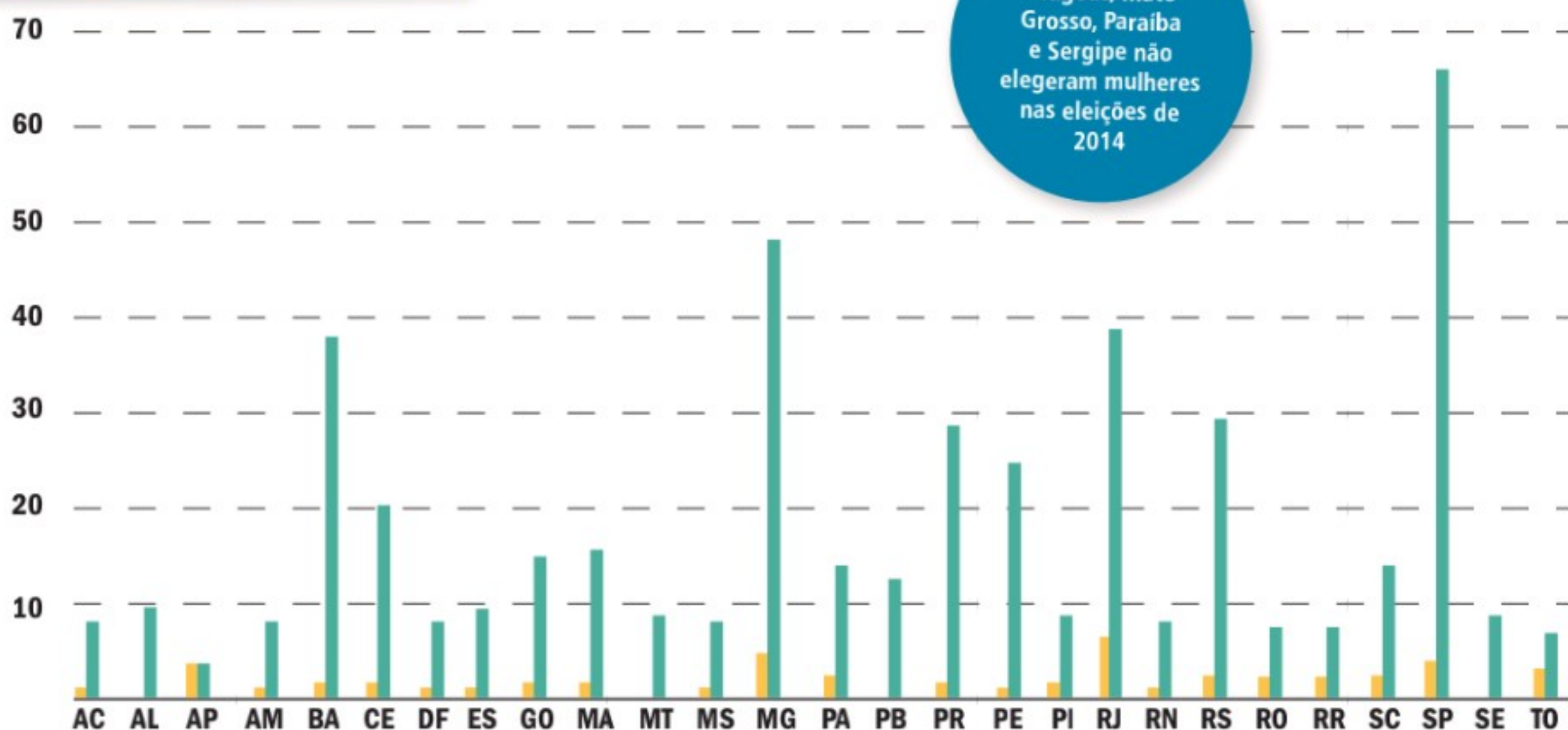
FONTES

Artigo *Cotas para candidatas mulheres não bastam, indica pesquisa*, de Ana Estela de Sousa Pinto e Carolina Linhares para Folha de S. Paulo; *Dados Parlamentares em exercício* (Congresso Nacional); *Dados Raio-X Eleições 2006* (UOL); *Lista Deputados Federais Eleitos em 2010* (G1)

COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL



OCUPAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS POR ESTADO



Os melhores
conteúdos femininos
você só encontra *aqui!*


Já nas bancas
digitais!



**“Faltam mulheres
dentro dos boxes
e das pistas”**

Letícia Datena compartilha
experiência como jornalista
no automobilismo